



COMO A NEUROPSICOPEDAGOGIA APERFEIÇO A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MARABÁ

Ângela Maria Rodrigues Borges¹

Resumo:

O texto busca defender o papel do neuropsicopedagogo como um novo paradigma nos tempos atuais, pois, compreender a necessidade de se buscar através deste estudo subsídios para aperfeiçoar o trabalho de triagem na educação especial de Marabá. Com intuito de identificar os fatores que desencadeiam a dificuldade de aprendizagem, por meio de observações de alguns tipos de fatores de ordem intra e extraescolares. Haja vista que é do interesse do neuropsicopedagogo compreender como ocorre o processo de aprendizagem. Fatores como o tipo de metodologia utilizada na sala de ensino comum, currículo, que é oferecido aos alunos e a pouca falta de prática de alguns professores, conteúdos e atividades inadequadas, questões orgânicas, cognitivas, afetivas, emocionais, que pode influenciar no processo da aquisição de aprendizado bem como causas, transtornos, primeiramente na criança, família e depois escola.

Palavras-chave: Neuropsicopedagogia, Educação especial, Aprendizagem.

Introdução

Neste século novas mudanças e desafios sobre educação nos levam a ter um olhar bem diferenciado para o indivíduo, desenvolvendo práticas de ensino utilizado pelo professor afinal todos nós somos capazes de aprender independentemente de suas limitações. Faz-se necessário uma cultura de aprendizado que gere conhecimento. Segundo Demo (2001), Assmann (2001), Morin (2002), cabe ao educador adotar um trabalho de parceria, instaurando condições indispensáveis para que o aprendiz desenvolva a inteligência e não simplesmente a memorização. A busca por uma aprendizagem com eficiência dispõe de mecanismos inovadores através da neurociência.

¹ prof.angelaborges@yahoo.com.br



Diante deste pressuposto o artigo trata, no primeiro momento em que descreve o contexto geral da pesquisa, introduzindo a importância da neuropsicopedagogia como ferramenta de ensino, revelando o problema de pesquisa, justificativa e sua importância como estudo. O segundo momento destina-se ao professor como ator participe do processo de aquisição dos conhecimentos, bem como a legislação vigente. O terceiro momento caracteriza-se de uma revisão bibliográfica abordando questões consideradas relevantes para o escopo da pesquisa. O quarto momento explica como o trabalho foi desenvolvido e, por fim no quinto momento traz-se para a discussão o professor e o seu papel dentro da inclusão, tornando-se peça primordial nesse processo

Nesse sentido as ciências do cérebro, que avançam adicionando informações científicas essenciais para a melhor compreensão do aprendizado como fenômeno complexo contemporâneo das ações educacionais. O homem percebe o mundo através dos seus sentidos percepção e sua memória.

Memória é a aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações. A aquisição é também chamada de aprendizagem só se “grava” aquilo que foi aprendido, a evocação é também chamada recordações, lembranças, recuperação. Só lembramos aquilo que gravamos aquilo que foi aprendido. (IZQUIERDO, 2002. p. 9).

A citação acima apresenta um dos papéis da Neuropsicopedagogia segundo Emília Ferreiro e Ana Teberosky, as crianças elaboram conhecimentos sobre a leitura e escrita passando por diferentes hipóteses, baseada em conhecimentos prévios, assimilações e generalizações que dependem das interações delas com seus pares. Desse modo a aprendizagem e neurociência interagem em conjunto corpo e mente O processo de aprendizagem permite uma compreensão mais adequada do aprender e do ensinar, superando as dificuldades tanto do aprendiz quanto daquele que ensina buscando otimizar a adoção de condutas de ensino e de aprendizagem.

Segundo Paulo Freire, (1996.): O Professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha os conteúdos no quadro da rigurosidade do pensar certo, nega como falsa a



fórmula farisaica do "faça o que eu mando e não o que eu faço". Diante de tal afirmação a adoção de condutas de ensino e de aprendizagem requer uma ação interventiva, pois, como pode o educando com dificuldade, trabalhar conteúdos que outrora nunca vistos se tornando desinteressante a ponto de uma formiga no canto superior da sala fazer toda a diferença em uma aula expositiva e sem valor algum para seu aprendizado.

Segundo as considerações acima é possível afirmar que o ato de aprender é um ato complexo, não envolve somente a questão de memorizar os conteúdos, é muito mais do que isso; aprender envolve emoção, interação, alimentação, descanso, motivação entre outros. Permite um melhor entendimento da aprendizagem e consequente aprimoramento da didática.

A aprendizagem humana necessita de diferentes olhares da escola para o sujeito cognoscente, pois, cada indivíduo tem maturação biológica diferentes estratégias para facilitar o raciocínio.

A língua é um código que tem que ser decifrado por alunos com dificuldades, investigar e trabalhar alternativas metodológicas na aquisição da leitura e escrita entrelaçadas a habilidades psicomotoras, memória letra espelhada e aglutinação de palavras, dificuldades em separação silábica e coordenação motora com movimentos de pinçar que permite a coordenação motora fina, troca de dominância manual visão contralateral.

As ferramentas utilizadas para o desenvolvimento da criança fazem toda diferença no ato de aprender ter conhecimentos sobre as dificuldades de aprendizagem pode ajudar o professor a distinguir as diferenças e permite traçar o processo de intervenção sabendo diferir os rótulos, estigmas até exclusão proporcionando novas relações entre o aprender, o aluno e a escola.

Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagem, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e, sobretudo, o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é um processo de formação (MOTA, 1992, p.115).



O neuropsicopedagogo como mediador deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em aprendizagem não podemos esquecer da inclusão, não estamos falando só dos deficientes e sim da escola também, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade. Diante desse exposto destaco algumas discussões que trouxeram benefícios ao atendimento educacional especializado:

- **Em 2001 – As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial** - Na Educação Básica propõe mudanças através da CNE/CEB nº 2/2001, determinando no artigo 2º. Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2001)
- **Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001** - Destaca que o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta atendimento à diversidade humana. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2001)
- **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006)** - O Artigo 24 dessa Convenção reconhece o direito à educação sem discriminação e com igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência. Deverão assegurar que:
 1. As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
 2. As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;



3. Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
 4. As pessoas com deficiência recebem o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
 5. Efetivas medidas individualizadas de apoio sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta de inclusão plena.
- **Decreto nº 6.571/2008-** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, consolida diretrizes e ações já existentes, voltadas à educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ele regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9394/1996, destinando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) ao atendimento educacional especializado de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na rede pública de ensino regular.

Consta ainda neste decreto, as ações que serão realizadas pelo Ministério da Educação para o Atendimento Educacional Especializado. Dentre essas ações estão a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, a formação de professores para o AEE, a formação de gestores e professores para a educação inclusiva, as adaptações arquitetônicas das escolas, a produção e distribuição de recursos para a acessibilidade.

Parecer nº 13/2009- homologado no dia 23 de setembro, pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, que trata das diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes regulares e no atendimento educacional especializado.

O objetivo desse parecer é garantir recursos de acessibilidade, bem como estratégias de desenvolvimento da aprendizagem, previstos no projeto político-pedagógico da escola. A ação vai ao encontro da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta os sistemas educacionais na



organização e oferta de recursos e serviços da educação especial de forma complementar.

Fica evidente que a preocupação com a inclusão vem sendo algo propagado em grande escala não apenas com a população, mas com as entidades governamentais e sociedade em geral, o que vem a contribuir na melhoria de vida dessas crianças e adolescentes.

A família é peça fundamental e primordial na vida de qualquer criança. Em se tratando de uma criança especial é também fonte de conhecimento no que diz respeito à aprendizagem das questões sociais básicas. No início da infância, as interações ocorridas exercem uma ação importante no desenvolvimento social das crianças, estudos divulgam que a voz dos pais é capaz de ser compensada com outros estímulos: como o sorriso, demonstrações de carinho e carícias.

Em relação à interação dos pais de crianças portadoras de necessidades especiais no sentido de promover a inclusão, a Declaração de Salamanca é bem clara: “Pais constituem parceiros privilegiados no que concerne as necessidades especiais de suas crianças, e desta maneira eles deveriam, o máximo possível, ter a chance de poder escolher o tipo de provisão educacional que eles desejam para suas crianças” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.14).

Na escola, o aluno com necessidades especiais é de responsabilidade de toda a unidade escolar, ao contrário do que muitos pensam, de que esta responsabilidade é só do professor. Todos devem estar envolvidos e auxiliar esses alunos, pois muitos estão entrando nas escolas e precisam ter compreensão da mesma, sobre o que é ensinar. Carvalho (1997) afirma:

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes à minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados [...] No contexto destas Linhas de Ação o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de



deficiências ou dificuldades de aprendizagem. CARVALHO (1997, apud Mendes, pag. 21, 2011).

Contudo, a efetivação de uma prática educacional inclusiva não será garantida somente por meio de leis, decretos ou portarias, ou seja, é necessário que a escola esteja preparada para trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais, independentemente de suas diferenças ou características individuais. Em lei, muitas conquistas foram alcançadas.

Entretanto, precisamos garantir que essas conquistas, expressas nas leis, realmente possam ser efetivadas na prática do cotidiano escolar, pois o governo não tem conseguido garantir a democratização do ensino, permitindo o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos do ensino especial na escola. (MIRANDA, 2003, p.06).

Com a inclusão, a preocupação é de preparar a criança para estar na escola, ajudando-a a adquirir as habilidades que precisa. Não há preocupação de mudanças na escola. Prepara-se a criança para estar na escola, como ela é (MARTINO, 1999).

Porém, segundo Mantoan (2006, apud Mendes, pág.26, 2011), pais de crianças com necessidades especiais e alguns educadores brasileiros não são favoráveis à educação inclusiva, chegando ao ponto de sugerirem que se faça a “inclusão às avessas”, trazendo crianças sem “deficiência” para estudarem nos institutos que promovem educação especial. “O desafio maior que temos hoje é convencer os pais, especialmente os que têm filhos excluídos das escolas comuns, de que precisam fazer cumprir o que nosso ordenamento jurídico prescreve quando se trata do direito à educação”.

A escola tem papel fundamental para a aprendizagem e facilitando da inclusão, quer fornecendo material didático adaptados, quer oferecendo cursos aos educadores com a finalidade de conhecer novas práticas de ensino e adaptando o currículo escolar e a própria escola para atender a individualidade de cada educando. Para isto, há a necessidade de currículos apropriados e adaptados para cada necessidade, mudanças organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos diferenciados, pessoal preparado, todo um suporte pedagógico, estrutural e material.



A escola tem o dever de fornecer os serviços de apoio pedagógico especializado, ou outras alternativas encontradas, em comum acordo com a família.

A escola para ser inclusiva precisa, segundo Stainback (1999), reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos.

Nesta atual conjuntura o neuropsicopedagogo é de grande importância, pois, está assegurando as perspectivas inferidas em lei trabalha no cerne cognitivo, no desejo e na vontade de aprender melhorando e ampliando habilidades e talentos latentes, desenvolve o atendimento e avaliação que objetivam identificar as dificuldades que estão prejudicando o aprendizado fluindo sem entraves, oferecendo ferramentas de auto-superação cognitiva, intelectual e emocional contribuindo com a crescente autoconfiança e motivação para o aprendizado.

Sendo assim intermédia, ajuda e auxilia na motivação da criança ou adolescente para o estudo, através de estímulos e métodos apropriados e personalizados para cada indivíduo respeitando seus modos e canais de aprendizagem e colaborando com a crescente autonomia cognitiva do neuroaprendiz no exercício do pensar, refletir, atentar, memorizar, associar idéias, despertar a curiosidades, a criatividade.

São focos permanentes do trabalho de um profissional da neuropsicopedagogia que também emprega como recurso principal a realização de entrevista operativas dedicadas a expressão e comportamentos na busca de um diagnóstico. A opinião de Barbosa² é clara quando argumenta que:

"Transformar a aprendizagem em prazer não significa realizar uma atividade prazerosa, e sim descobrir o prazer no ato de: construir ou de desconstruir o conhecimento; transformar ou ampliar o que se sabe; relacionar conhecimentos entre si e com vida; ser co-autor ou autor do conhecimento; permitir-se experimentar diante de hipóteses; partir de um contexto para a descontextualização e vice-versa; operar sobre o conhecimento já existente; buscar o saber a partir do não saber; compartilhar suas descobertas; integrar ação, emoção e cognição; usar a reflexão sobre o conhecimento e a realidade; conhecer a história para criar novas possibilidades".



Este processo consiste em romper de vez com dogmas tradicionalista, haja vista que hoje temos ferramentas importantes que nos fornece parâmetros para uma educação diferenciada e não excludente que torna a educação no atendimento especializado pragmático e real, afirmando que todos têm direito á educação.

A partir dessa realidade vivida, é que surgiu a proposta de se investigar a seguinte problemática: de que forma as Neurociências pode contribuir ou interferir na formação e no exercício da prática neuropsicopedagógica, ou seja, de que forma as Neurociências pode influenciar no desempenho efetivo do neuropsicopedagogo ao lidar com os obstáculos e desafios enfrentados pelos alunos durante o processo de aprendizagem e, em especial, os provenientes de uma trajetória marcada pelo insucesso escolar ou por algumas deficiências.

Nesse sentido, ao trilhar os caminhos da docência, tanto na sala de aula quanto na equipe de triagem da educação especial do município de Marabá, trabalhando com crianças na sala de recurso multifuncional, está mesma realidade ainda era sentida profundamente, ou seja, que o fracasso escolar era um grande desafio a ser superado. Só que dessa vez, em um papel oposto, ou seja, como neuropsicopedagoga e assim deveria, então, exercer uma prática pedagógica de forma consciente e eficaz e, conforme as metas educacionais estabelecidas teriam como missão.

A avaliação que complementa suas impressões e achados junto a equipe multiprofissional que é composta por psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo e professor de educação física. Visando aprofundar tal investigação para realizá-la o diagnóstico clínico. É um dos componentes críticos da avaliação e intervenção, pois nela se fundamenta as decisões voltadas à prevenção e solução das possíveis dificuldades dos alunos, promovendo melhores condições para o seu desenvolvimento.

Ela é um processo compartilhado de coleta e análise de informações relevantes acerca dos vários elementos que intervêm no processo de ensino e aprendizagem, visando identificar as necessidades educativas de determinados alunos ou alunas que apresentem dificuldades em seu desenvolvimento pessoal ou desajustes com respeito ao currículo escolar por causas diversas, e a fundamentar as decisões a respeito da proposta



curricular e do tipo de suportes necessários para avançar no desenvolvimento das várias capacidades e para o desenvolvimento da instituição (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2007, p. 279).

A avaliação neuropsicopedagógica envolve:

1. A identificação dos principais fatores responsáveis pelas dificuldades da criança. Precisamos determinar se trata-se de um distúrbio de aprendizagem ou de uma dificuldade provocada por outros fatores (emocionais, cognitivos, sociais...). Isto requerer que sejam coletados dados referentes à natureza da dificuldade apresentada pela criança, bem como que se investigue a existência de quadros neuropsiquiátricos, condições familiares, ambiente escolar e oportunidades de estimulação oferecidas pelo meio a que a criança pertence;
2. O levantamento do repertório infantil relativo as habilidades acadêmicas e cognitivas relevantes para a dificuldade de aprendizagem apresentada, o que inclui: conhecimento, pelo profissional, do conteúdo acadêmico e da proposta pedagógica, à qual a criança está submetida; investigação de repertórios relevantes para a aprendizagem, como a atenção, hábitos de estudos, solução de problemas, desenvolvimento psicomotor, linguístico, etc.; avaliação de pré-requisitos e/ou condições que facilitem a aprendizagem dos conteúdos; identificação de padrões de raciocínio utilizados pela criança ao abordar situações e tarefas acadêmicas, bem como déficits e preferências nas modalidades percentuais etc;
3. A identificação de características emocionais da criança, estímulos e esquemas de reforçamento aos quais responde e sua interação com as exigências escolares propriamente ditas. Ela deve ser um processo dinâmico, pois é nela que são tomadas decisões sobre a necessidade ou não de intervenção neuropsicopedagógica. Se é demanda de fonoaudiologia, psiquiatria e neurologia e outros. Ela é a investigação do processo de aprendizagem do indivíduo visando entender a origem da dificuldade e/ou distúrbio apresentado. Inclui entrevista inicial com os pais ou responsáveis pela criança, análise do material escolar,



aplicação de diferentes modalidades de atividades e uso de testes para avaliação do desenvolvimento, áreas de competência e dificuldades apresentadas. Durante a avaliação podem ser realizadas atividades matemáticas, provas de avaliação do nível de pensamento e outras funções cognitivas, leitura, escrita, desenhos e jogos.

Diagnóstico não deverá somente fundamentar uma deficiência, mas apontar as potencialidades do indivíduo. Não é simplesmente o que este tem, mas o que pode ser e como poderá se desenvolver. É de extrema relevância detectarmos, através do diagnóstico, o momento da vida da criança em que se iniciam os problemas de aprendizagem. Do ponto de vista da intervenção, faz muita diferença constatarmos que as dificuldades de aprendizagem se iniciam com o ingresso na escola, pois pode ser um forte indício de que a problemática tinha como causa fatores intra-escolares (BOSSA, 2000, p. 101).

METODOLOGIA

O presente artigo busca analisar a temática proposta sobre o processo de aquisição e desenvolvimento das habilidades escolares dos alunos de marabá no departamento de educação especial, será pautado na investigação bibliográfica a respeito do tema proposto de forma a atingir a maior veracidade possível no processo de aprendizagem através do processo Neuropsicopedagógico. Faz-se necessário destacar que a neurociência pode ajudar muito a todos os indivíduos, mas especialmente aqueles com transtornos, síndromes e dificuldades de aprendizagem uma vez que tem o entendimento da plasticidade cerebral, da busca de novos caminhos para aprendê-lo das múltiplas inteligências proposta por Gardner. Para abarcar adequadamente o campo da cognição humana, Gardner considera que é necessário:

[...] “Incluir um conjunto muito mais amplo e mais universal de competências do que comumente se considerou”. Nesta direção, o autor define inteligência como "a capacidade de resolver problemas ou de criar produtos que sejam valorizados dentro de um ou mais cenários culturais." Gardner diz no início de seu livro (1994, p. 7)" (...) existem evidências persuasivas para a existência de diversas competências intelectuais humana



relativamente autônomas abreviadas daqui em diante como 'inteligências humanas'. Estas são as 'estruturas da mente' do meu título. A exata natureza e extensão de cada 'estrutura individual não é até o momento satisfatoriamente determinada, nem o número preciso de inteligências foi estabelecido. Parece-me, porém, estar cada vez mais difícil negar a convicção de que há pelo menos algumas inteligências, que estas são relativamente independentes umas das outras e que podem ser modeladas e combinadas numa multiplicidade de maneiras adaptativas por indivíduos e culturas. (GARDNER 1994).

Haja vista que entender a conexão cérebro x aprendizagem é um dos grandes desafios educativos. Considerando que a neurociência é uma ciência nova, pode-se dizer que através dos conhecimentos neuropsicopedagógicos existe a possibilidade de entender como se processa o desenvolvimento de aprendizagem de cada indivíduo, proporcionando-lhe melhorias nas perspectivas educacionais e dessa forma desmistificar a ideia de que a aprendizagem não ocorre para alguns; na verdade sempre acontecerá a aprendizagem, entretanto para alguns ela vem acompanhada de muita estimulação, atividades diferenciadas, respeitando o ritmo de desenvolvimento do indivíduo. Dentro desta perspectiva o contexto educativo deve estar pautado em formas diferentes de aprendizagem, pois, as atividades são exploradas segundo as possibilidades e interesses dos alunos, após serem livremente escolhidos por eles e também através de observações como: debates, pesquisas, registros escritos, falados e vivências. São alguns dos processos pedagógicos indicados para a realização de atividades dessa natureza. Por meio desses e de outros processos pedagógicos, os conteúdos das disciplinas vão sendo espontaneamente chamados para melhor esclarecer os temas, assuntos em estudos.

Frente a esta posição a deficiência de um aluno não é motivo para que o professor deixe de proporcionar o melhor de sua prática de ensino, professor dono do saber! Hoje já não funciona mais. Diante da transição de educação que busca o professor mediador fazendo a diferença indo à busca do conhecimento e trabalhando no contexto do cotidiano do aluno proporcionando a liberdade e troca de saberes com seus pares permitindo ao docente aprenderem juntos com a prática, pois, com a constituição de 1988, esse aluno tem direito a educação como todos os demais colegas sem



deficiência e também a educação especial como modalidade de ensino que é transversal a todos os níveis e modalidades.

Portanto é importante superar as dificuldades de cada educando, diminuindo as barreiras das diferenças, sem se esquecer de valorizar as potencialidades individuais. Afinal, todos nós temos qualidades. Ter conhecimento sobre dificuldades ou distúrbio de aprendizagem pode ajudar o professor na análise que possibilite distinguir as diferenças e permitir traçar o processo de intervenção, pois, a investigação é um trabalho através de metodologias alternativas que vise o aprimoramento das habilidades psicomotoras, aglutinação das palavras, a partir de um dado estímulo sensorial ou ambiental, o dia-a-dia tanto na escola com seus pares quanto com a família de forma que a ação do aprender influencie novos comportamentos, atitudes e conhecimento que comecem a perceber o mundo não só através dos olhos.

Porém com conquistas ampliando as possibilidades de controle de suas atividades e observações feitas no momento, que significa o ato de aprender, o professor não é somente o facilitador, e sim o observador de uma aprendizagem significativa e relevante para o processo de ensino e aprendizagem.

O contexto educacional deve está embasado em formas diferentes de aprendizagem. Nessa perspectiva instaurar um processo inovador através da neurociência, não seria ousar demais, pois, os estudos apontam o avanço e as técnicas que permitem traçar a intervenção adequada para cada criança com dificuldade ou distúrbio de aprendizagem. Pensando nessa problemática está também o professor que é o ator principal e mediador facilitador da aprendizagem. Apesar de está diante de problemas inerentes a sala de aula como situação de risco do aluno, psicológicas, sociais e de aprendizagem que ocorre no dia-a-dia.

Essa queixa é freqüente. Porém observamos que esses profissionais comentam em seus relatórios de observação as deficiências e as dificuldades da criança, fazendo comparações com as outras ditas normais. Esquecendo que o aprender perpassa por vários estágios e o potencializador do raciocínio lógico e da aprendizagem é trabalhar os quatro campos funcionais: o movimento, a emoção, inteligência e afetividade que está inserida no meio, dentro deste novo paradigma, ou seja, pressuposto educacional o



trabalho e a visão do professor está diante de seus olhos que não podem enxergar somente o que está a sua frente, porém o que está por trás deste aluno, olhares que farão toda a diferença tanto em suas atividades da vida diária quanto na compreensão e capacidade de aprender, passando a enxergar este discente como indivíduo capaz de se relacionar com seus pares e participar da educação de forma que o ensino seja efetivamente para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para enriquecer as funções cognitivas, conativas e executivas, a interação do professor-aluno tem que ser mais intensa e intencional, o processo ensino-aprendizagem tem que ser mais mediatizado e com uma acessibilidade aumentada para todos, onde seja possível focar mais a colocação de perguntas ou questões de desafio cognitivo, conativo e executivo, onde os alunos tenham que pensar mais antes de responder, onde as várias funções sejam diretamente treinadas e onde as estratégias meta cognitivas sejam mais trabalhadas.

Não está em jogo o enriquecimento curricular, está mais em jogo o enriquecimento do potencial de aprendizagem dos alunos. Visto que a inclusão está em todos os campos necessários para o indivíduo em sociedade, sem precisar viver a mercê de ministério público para que seus direitos sejam garantidos e efetivados. Visto que estão em Lei seus direitos, trabalhar a pessoa especial ou dita normal é transformar, fazer a diferença.

Para vermos construídos nosso lego de encaixe da vida, onde procuramos várias formas e posições de encaixe e depois podemos estabelecer a melhor forma do aprendente acomodar seus conhecimentos para absorver a aprendizagem, isto demonstra que somos capazes de mudar a realidade do ser humano com dificuldades ou distúrbios de aprendizagem e/ou somente ajudar no ajuste do aprender do aluno dito normal, sabemos que não é fácil, pois são grandes os desafios para uma educação de qualidade no município de Marabá.

Tendo em vista que o processo é longo tentamos otimizar o serviço para que nosso alunado não seja prejudicado fazemos parcerias com a APAE, CREAS, CRAS,



conselho da pessoa com deficiência, conselho tutelar, unifesspa, capes e outros. Para que flua melhor o atendimento clínico para aqueles que estão aguardando laudos.

Portanto faz-se necessário que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem sejam leitores e pesquisadores de problemas de aprendizagem para que possa os possibilitá-los a entender melhor como se dá a aprendizagem de forma significativa, não é uma tarefa fácil conhecer o cérebro, influencia de fatores intra e extras escolares e como podem ser trabalhados de forma a minimizar problemas de aprendizagens no dia-a-dia da escola.

REFERÊNCIAS

Barbosa LMS. **A Psicopedagogia no âmbito da instituição escolar**. Curitiba: Expoente; 2001.

BOSSA, Nádya Aparecida. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

COLL, César; MARTÍN, Emília. **O construtivismo na sala de aula**. 6. ed. Itapeverica: Ática, 2006.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências**. Porto Alegre: Artes Médicas, c1994.

_____. **Neuropsicopedagogia: novas perspectivas para a aprendizagem**. Questionário feito na web. Disponível em <https://docs.google.com/spreadsheet/ccc?key=0Ajdvj5rzWfcSdDRBWTRfTU5Pcy12b25oVDk2WjBmLVE#gid=0>

VIGOTSKY, L. S. L. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. São Paulo: Ícone/Edusp, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



DAMÁSIO, Antônio. O homem está evoluindo para conciliar a emoção e a razão. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/ciencia/o-homem-esta-evoluindo-para-conciliar-a-emocao-e-a-razao-diz-antonio-damasio/>>. Acesso em: 15 de ago. 2016.

DEHAENE, Stanislas. **Os Neurônios da Leitura:** Como a Ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.